



FILOSOFIA E CIDADANIA: A PRESENÇA DO FILÓSOFO NO MUNDO E SUA IMPORTÂNCIA EDUCATIVA

Philosophy and citizenship: the philosopher's presence in the world and his educative importance

Carlos Eduardo Ruas Dias

Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e mestre em filosofia pela Universidade federal de Uberlândia – UFU.

carloseduardodias@yahoo.com.br

Resumo: Desde a Revolução Francesa, a posição dos homens na sociedade sofreu profundas mudanças; o homem passou a ser visto como um agente político, diferentemente do modo como era visto anteriormente, o súdito virou cidadão. No antigo regime, as pessoas eram súditas impossibilitadas de tomar parte no debate das coisas públicas, enquanto o soberano era portador de um mandato divino para governar e não poderia ser questionado. O diferencial do cidadão é que, para tomar parte no debate público, ele precisa passar por um processo educativo que o capacite para a vida pública, auxiliando-o a desenvolver o senso crítico necessário para oferecer a contribuição mais adequada para o desenvolvimento do Estado. Nesse novo cenário, qual é a importância da filosofia para o aprimoramento da sociedade e melhor qualificação do debate político? No processo de capacitação que transforma o homem em cidadão, o filósofo tem um papel muito peculiar e que é destacado desde a antiguidade: o homem precisa se desvencilhar do conjunto de crenças que o mantêm preso a uma vida de ilusões. O filósofo, como educador, tem a função de destruir tais crenças e levar os homens para a visão racional do mundo. O filósofo, então, tem a função de provocar a abertura das mentes e mostrar o valor das visões crítica do mundo e da história, fazendo com que o cidadão tenha a capacidade de se colocar no debate político e apresentar suas demandas.

Palavras-chave: Filosofia. Educação. Política. Cidadania. Sociedade.

Abstract: Ever since the Franch Revolution, the men's position in society suffered deep changes; the man passed onto be seened as a political agent, different of the way he was seen before, the subject became citizen. In the old regime, people were subjected unable to take part in the debate of public matters as the sovereign was the bearer of a divine mandate to rule and could not me questioned. The differential of the citizen is that, to

take part in the public debate, he must pass through a educative process capacitate him to public life, assisting him to develop the critical sense required to offer the most adequate contribution to the State's development. In this new scenario, what is the philosophy's importance importance to the society's enhancement and better qualification on public debate? In the capacitation process that turn the men into citizen, the philosopher have a very peculiar role wich is detached since the antiquity: the man must disentangle himself of the beliefs set that keep him stuck at a life of illusions. The philosopher, as an educator, has the function to destroy such beliefs and take men to a vision rational world's. The philosopher, then, have the function to provoke the opennin of the minds and to show the value of the world and history critical visions, making that the citizen have the capacity to put himself in the public debate and present his demands.

Keywords: Philosophy. Education. Politic. Citizenship. Society.

Introdução

Sabendo da crise fiscal que acabou por afetar a saúde econômica do país, os pacotes e planos de austeridade surgem para sanear as contas do Estado e a educação sempre é o primeiro alvo da tesoura estatal que corta os recursos investidos nas diversas pastas. Isso já causa um impacto importante, pois acaba por inviabilizar o avanço em políticas públicas voltadas para melhorias na formação de profissionais, na infraestrutura, na pesquisa e no investimento em materiais, isso sem contar com a má gestão dos recursos que já uma infeliz marca histórica por todos os cantos do Brasil. O resultado dessa precarização pode ser visto nos índices de analfabetismo, na incapacidade de uma parcela considerável dos estudantes em conseguir ler e interpretar um texto simples, e na dificuldade com as operações fundamentais da matemática.

Com tudo, recentemente um novo bode expiatório foi eleito para ser causa a das deficiências no processo educativo dos nossos jovens: trata-se das ciências humanas, sobretudo a filosofia e a sociologia, pois tais disciplinas são usadas como ferramenta de “doutrinação ideológica”. Ora, mas o que é uma doutrinar um jovem ideologicamente? Aqueles que proferem tal acusação o fazem por acreditar que as ciências humanas são ninhos onde as cobras da esquerda botam seus ovos e de lá contaminam a sociedade com a sua peçonha. Essa é a razão pela qual as humanidades tornaram-se nocivas para a juventude: por analisar os fatos e a história, o sujeito passa a ter a capacidade de

questionar o mundo presente e os seus processos, a partir disso o sujeito passa identificar na mentalidade do seu tempo as ideias que outrora foram o princípio de grandes infelicidades e mesmo crimes cometidos pela humanidade e contra ela.

Isso torna-se incômodo para quem aqueles que possam desejar se impor contra a liberdade dos muitos. É nesse contexto que a filosofia, como símbolo das ciências humanas, é eleita a “inimiga” a ser combatida; o filósofo e o professor de filosofia devem ser expulsos da cidade por serem os corruptores da juventude e obstáculos do desenvolvimento que promove aprimoramento técnico, a pesquisa em áreas que proporcionarão o descobrimento de novas drogas ou mesmo daquelas tecnologias capazes de fazer o homem “conquistar o espaço”.

A partir dessas considerações, investigaremos a relação existente entre a filosofia e a educação a fim de levantar uma discussão acerca do papel do filósofo na cidade e em sua relevância no processo educativo. Também analisaremos o valor político da filosofia na construção de uma sociedade democrática, onde os cidadãos tenham condições de posicionar-se com sobriedade nas diversas pautas da ordem do dia. Como a filosofia contribui para a elevação qualitativa da participação cidadã.

O filósofo e a cidade

A filosofia é um termo usado pela primeira vez por Pitágoras de Samos (570-495 a.C) na ocasião em que alguém o perguntou como ele gostaria de ser conhecido, o pensador, então, respondeu que gostaria de ser conhecido como *philosophos* (amigo do saber). Mas a final de contas, o que é o filósofo e qual é a sua ocupação na cidade? Ao fazer tal questionamento, a imagem que me vem à mente é a de Diógenes de Sinope¹ (404-323 a.C) andando pela cidade em pleno dia empunhando uma lanterna e dizendo buscar a verdade ou um homem honesto.

Na figura de tal pensador podemos ver uma mostra do que é o filósofo, sua função é constranger de algum modo os homens e levá-los à reflexão; as pessoas podiam até achá-lo louco por andar portando uma luz em pleno dia, mas o seu questionamento tinha um alto poder destrutivo: o que é a verdade? Há aqui um homem

¹ Filósofo fundador do cinismo.

honesto? Tais interrogações provocam inquietações em quem as ouve, causando uma análise interior sobre a própria conduta, uma avaliação das ideias na busca da definição de um conceito de verdade. O filósofo, então, acaba por ser aquele sujeito que provoca inquietações no espírito humano, conduzindo à meditação e, possivelmente, à revisão da postura e da mentalidade. Por esse motivo, o filósofo acaba por ser considerado um estorvo, um obstáculo para uma vida tranquila, pois a sua atividade provoca o desvelamento das mazelas mais vergonhosas de uma sociedade. Aqui não digo da corrupção que corrói as vísceras das instituições, da insegurança que acaba por prender o cidadão em sua casa pelo medo da criminalidade das ruas, a questão é mais profunda, o exercício filosófico traz à tona as raízes dos problemas, o porquê dessas coisas e o desfecho disso pode provocar incômodos, pois o problema resolvido de modo simplista acaba atribuindo a outro uma culpa que, na verdade, pode ser de si mesmo.

O exercício honesto da filosofia pode representar uma pedra no sapato de toda uma sociedade, assim como Diógenes constrangia os gregos ao questionar sobre a existência de alguém realmente honesto ou se é possível encontrar a verdade, o pensador da atualidade pode incomodar ao indagar se o problema da sociedade é aquilo que o senso comum convencionou e cristalizou em sua mente ou se está em outro lugar. Ao levantar tais indagações, o filósofo abala as estruturas das crenças da sociedade, “verdades” que foram incutidas no senso comum e amarram os homens a convenções que, por vezes, os afastam da realidade, proporcionando um conformismo com a realidade presente e, por conseguinte, a busca por resoluções de problemas que se dão apenas de formas paliativas, ignorando as raízes das questões que flagelam as comunidades.

Falando sobre isso, voltamos às origens da filosofia e da sua oposição aos mitos. De acordo com Reale e Antiseri (2003): “antes do nascimento da filosofia, os poetas tinham importância extraordinária na educação e na formação espiritual do homem grego”. O poeta, no momento pré-filosófico, foi o principal expoente da educação grega e sua atuação contribuiu para uma sólida formação do imaginário do homem grego, bem como a formação de seu padrão ético de comportamento. Werner Jaeger (1995) destaca a união entre estética e ética demonstrada na poesia homérica, por exemplo. O comentarista mostra que “a poesia só pode exercer uma tal ação se faz valer todas as

forças estéticas e éticas do homem” (JAEGER, 1995, p. 62), ou seja, a interação entre o caráter artístico da obra e o seu conteúdo normativo (ético) se dá de modo íntegro e nascem de uma mesma matriz, como mostra Jaeger: “a relação entre o aspecto ético e estético (...) consiste (...) no fato de o conteúdo normativo e a forma artística da obra estarem em interação e terem até na sua parte mais íntima uma raiz comum” (JAEGER, 1995, 62).

Através da poesia, o homem grego se formava e se informava, criando, assim, o seu conhecimento acerca do mundo e a sua tábua de valores. Os contos épicos de Homero forneciam, além da forma artística que atraía e cativava quem os ouvia, as informações acerca dos feitos heroicos que formaram o caráter do homem grego e a intervenção dos deuses na vida dos guerreiros e das pessoas. Com isso, o homem tinha o seu caráter moldado através da arte e essa mesma tinha um valor altíssimo para a cultura e a posterior construção de tudo o que o homem grego veio a elaborar mais tarde, a comédia, a tragédia e mesmo a filosofia devem em certa medida à poesia como modelo de construção artística e textual de conhecimentos.

Contudo, na poesia há o elemento lírico, os poetas têm pouco apego à realidade e ao rigor científico, mesmo porque uma poesia não é um artigo científico, não cabe ao poeta tratar do mundo como realmente é, mas tem a liberdade de expressar-se artisticamente, preocupando-se com a métrica que compõe a sua rima. Isso incomodou os pensadores, pois aqueles conhecimentos expressos pelos poetas não apresentavam informações fiéis aos fatos ou que, pelo menos, buscassem especular de modo rigoroso os processos da natureza e da capacidade do homem conhecer. Foi nesse contexto que a filosofia surgiu, com a intenção de opor-se a essa visão de mundo e instaurar o primado do *Logos* como o meio para se alcançar a verdade. Vernant (2002) mostra que o surgimento da *Polis* é um elemento a ser destacado nessa transição do mito ao pensamento filosófico, a relação entre os homens no convívio social estabeleceu novas necessidades para o bem-estar do homem nesse novo modo vida, em comunhão de interesses com os demais que compunham a sociedade.

A organização da cidade proporcionou um ambiente favorável para o desenvolvimento da filosofia, pois a palavra, como apontou Vernant (2002), ganhou um grande destaque, tornando-se o mais importante instrumento de poder. A palavra, que

anteriormente foi usada em rituais religiosos, por isso já tinha um grande poder junto às pessoas, passou a ter um uso diferente, não mais como um instrumento místico, mas como elemento de persuasão, onde o contraditório ocupa uma posição de centralidade e a busca pelo bem comum tem como condição fundamental o questionamento das ideias postas, isso “supõe um público ao qual ela se dirige como a um juiz que decide em última instância, de mãos erguidas entre dois partidos que lhes são apresentados; é essa escolha puramente humana que mede a força de persuasão dos dois discursos” (VERNANT, 2002, p. 54).

Nesse contexto, os percebemos a palavra ganhar uma maior importância para o homem, pois o seu uso ganhou um valor prático, para além da repetição de fórmulas religiosas reproduzidas nos rituais. O exercício político foi concebido como a atividade onde o homem se coloca diante dos outros com suas demandas e estas, sendo postas, são debatidas em busca do melhor modo para a sua resolução, o que significa que a palavra tornou-se um instrumento político para a persuasão e o desenvolvimento de uma linha de atuação do governo do corpo social. Considerando essa realidade nova, podemos ver que a atividade dos poetas, como articuladores da palavra, não mais atendia às necessidades do tempo, por isso começaram a surgir homens que buscaram entender o mundo e explicá-lo a partir de uma articulação racional dos fatos, estes foram os filósofos.

Ao estudar a história da filosofia podemos achar os primeiros filósofos um tanto deslocados dos problemas ordinários da vida do homem, eles estavam voltados para o problema do cosmos, dos princípios originários das coisas. A uma primeira vista podemos até pensar que os primeiros filósofos eram homens cujo pensamento estava fora do contexto do cotidiano, mas isso é um engano, pois essas questões estavam respondidas por um conjunto de crenças quem eram transmitidas a todas as gerações através da poesia, da religião e de uma tradição oral que atravessava o tempo. Os primeiros filósofos, ao buscarem dar uma explicação racional às questões pertinentes à origem física do mundo, instauraram um método educativo pautado na racionalização do mundo e na busca por um princípio – *archè* – capaz de fazer o homem buscar a contemplação da verdade a partir de fatos racionais. Os primeiros filósofos, então, foram os precursores da busca de um direcionamento para se alcançar da verdade a

partir da capacidade humana de questionar a realidade e construir meios para que se pudesse contemplar a o conhecimento verdadeiro.

Uma mudança no modo de atuação na função educativa do filósofo é vista em Sócrates (469-399 a.C). A partir do momento no qual esse que é considerado um marco na história do pensamento inicia a sua atividade filosófica, o processo educativo desempenhado pelo filósofo ganha um novo *status* e com ele, a filosofia. Se anteriormente os pensadores estavam dedicados à explicação dos princípios do *cosmos*, em Sócrates o problema do homem passa a ocupar o centro da investigação filosófica. É certo que o pensador pré-socrático, Protágoras (490 – 415 a.C), já afirmara que o homem é a medida de todas as coisas, mas é a partir da experiência socrática as questões humanas ocuparam uma posição de destaque no pensamento, deste modo, a filosofia é descida do pedestal de onde os eruditos especulavam acerca dos problemas do universo e do surgimento das coisas.

O ponto de partida para “filosofia educativa” socrática acontece quando o pensador visita o oráculo de Delfos e é impactado pela frase escrita no pórtico do templo: “conhece-te a ti mesmo”. Ao voltar-se para si, Sócrates se depara com a própria ignorância e percebe a necessidade de buscar o conhecimento para que possa preencher as lacunas ocupadas pelas crenças falsas. Isso o levou a andar por Atenas conversando com as pessoas acerca dos problemas mais comuns do cotidiano e lançando a sua dúvida sobre as certezas que lhe eram expressas. O filósofo percebeu que todos tinham alguma impressão sobre diversos temas e as mesmas eram tomadas como uma verdade, mas suas bases racionais eram frágeis, pois consistiam naqueles dogmas convencionados pela tradição e aceitos “bovinamente” pelo geral do povo.

A crença é o que compõe o senso comum, os homens apenas aceitam aquilo que lhes é posto e propagam aquelas ideias como verdades e as enraízam na mentalidade das pessoas. Com Sócrates, a filosofia, que nascera com o intuito de combater o mito, passou a confrontar de modo direto o senso comum com a finalidade de instaurar o primado da razão que, lançando luz a tais ideias, desvela suas fragilidades e as destitui da posição de verdade aceita pelo conjunto dos homens. Sócrates é impelido a dedicar-se à educação da juventude implementando uma forma muito próxima ao construtivismo, que se vê pelas escolas onde os filhos da elite econômica estudam

atualmente. A construção do conhecimento à moda socrática se dá através da dialética, um método baseado no diálogo, onde o filósofo estabelece uma relação de conversa com o seu interlocutor, extraíndo dele aquilo que ele pensa sobre um assunto qualquer e é no decurso dessa conversa que as ideias do indivíduo vão sendo postas em questão e, devido à sua fragilidade, vão se esvaindo. A partir do colapso dos dogmas falsos, as ideias verdadeiras começarão a surgir e ocupar o espaço que lhes é devido. Esse processo de interrogação onde as ideias falsas são postas em crítica é chamado de ironia, onde a pergunta visa trazer à tona as ideias que o sujeito tem acerca dos diversos temas e é nesse momento que os questionamentos acabam por destruir tais conhecimentos.

A partir desse ponto, inicia-se a segunda fase do método educativo socrático, a maiêutica; esse nome tem o significado de parto, pois, segundo o filósofo, as ideias novas e verdadeiras nascem na mente como em um parto, por isso é tão difícil abandonar os dogmas do senso comum e abraçar a verdade. Nesse contexto, o filósofo nada mais é do que um parteiro, alguém que assiste ao “parturiente” em seu trabalho e em sua dor, auxiliando-o a dar luz às novas ideias. Esse é um trabalho árduo e de grande complexidade, nele consiste o constrangimento de se admitir a própria ignorância e a dificuldade em abandonar as ideias antigas e falsas, isso é incômodo e acaba por atrair para o filósofo uma certa aversão por parte de alguns que se sentem mais incomodados com sua atividade, como aconteceu com o próprio Sócrates. Uma denúncia foi feita e o pensador ateniense foi levado a um tribunal democrático sob a acusação de perversão da juventude e de propor a substituição dos deuses da cidade por novas divindades, por fim, Sócrates foi condenado à morte por ingestão de cicuta.

A condenação de Sócrates pode ser apontada como um sinal do valor do filósofo para a educação em dois sentidos: em um primeiro, revela o caráter de confronto que a filosofia provoca ao questionar o *status quo* predominante e, em segundo, uma posição que o pensador deve adotar diante da sociedade; não deve haver outro interesse senão o de buscar a elucidação das grandes dúvidas que pairam sobre a sociedade e o questionamento das certezas já cristalizadas na mentalidade do geral da população. O lugar do filósofo, nesse sentido, é em uma posição de luta contra forças, por vezes invisíveis, que acabam por direcionar o homem a um lugar de pensamento onde suas

ideias formam uma estrutura para a solidificação de um poder que o encarcera em uma mentalidade que o amarra a um estado de vida em que suas forças e sua capacidade de conhecer torna-se limitada por essas paredes postas em seu intelecto com a finalidade de apontar como existente apenas um modo de conceber a vida e o mundo, concepção que por vezes é falsa.

O exercício educativo do filósofo, então, visa quebrar essas paredes e dar ao indivíduo a capacidade de visualizar o mundo a partir de uma visão mais ampla, em cores reais e não com uma cortina de fantasias que cobre a realidade e impede que se veja a luz. O grande incômodo que Sócrates provocou no povo ateniense foi justamente o de estimular a saída de um lugar comum onde todos estavam cômodos e tinham suas certezas estabelecidas, dando-lhes a impressão de conhecer o mundo e seus processos. Quando o filósofo passou convidando a uma reflexão sobre essas certezas, os homens se depararam com a realidade de suas limitações e perceberam que os seus conhecimentos eram apenas ilusões provocadas por um conjunto de crenças rasas. Nesse momento, abandonar os dogmas, assumir a condição de ignorante e buscar, com toda a dificuldade, trazer à luz ideias novas é muito complexo e desconfortável, pois faz abandonar uma série de princípios e valores e assumir, não apenas princípios e valores em um plano individual, mas uma nova postura perante o corpo social da cidade.

O filósofo, com isso, passa a ser visto como um incendiário, uma pedra de tropeço no curso da vida da comunidade, pois provoca a todos a colocar em questão os bastiões que guardam as crenças cristalizadas como verdade na imaginação da comunidade. A filosofia compreende tais crenças como obstáculos que impedem o homem de alcançar um conhecimento adequado e verdadeiro, libertador no sentido em que possibilita uma compreensão real dos processos da natureza e faz com que se possa, a partir desses conhecimentos, aprimorar e potencializar uma melhor qualidade de vida para o homem. Esse foi o objetivo dos pensadores que inauguraram a filosofia moderna e instituíram o método científico usado em nossos dias.

A função educativa do filósofo nasce de uma necessidade de libertação, mas esta se dá de modo doloroso, pois pressupõe a quebra de tudo o que há no imaginário para que o novo possa ocupar o lugar e orientar o homem de modo mais seguro e verdadeiro. A quebra das ideias fantasiosas acaba por provocar grandes desconfortos, como a

demolição de um prédio condenado a ruir: os engenheiros apontam os riscos de se habitar naquele lugar, pois apresenta riscos à vida de quem lá habita, por essa razão ele tem que ser evacuado para ser derrubado. No primeiro momento a condenação do edifício causa furor entre os seus habitantes, que se revoltam com a decisão daqueles profissionais que avaliaram o lugar como impróprio, essas pessoas ignoram o risco e apegam-se ao discurso de que aquele é o lugar onde moram e que não há para onde ir. Por um lado é compreensível a revolta das pessoas por perderem o lugar onde repousam à noite e têm o seu conforto, mas esse é o ponto a ser destacado, o conforto que a situação presente proporciona leva o homem a ignorar o risco que corre e a abraçar o perigo de continuar a viver naquelas condições. As crenças falsas são como esse prédio de estruturas frágeis onde toda a comunidade vive, ao ignorar a fragilidade daquele conjunto de ideias, as pessoas assinam a própria condenação a uma vida sem perspectivas de liberdade, pois estão aprisionados em um complexo falso de conhecimentos. O filósofo é aquele que, ao avaliar o risco, apresenta a realidade e convida aquelas pessoas à mudança, não apenas uma saída daquela situação de perigo, mas provoca a destruição total daquele complexo fadado à ruína. No momento da implosão, o barulho e a poeira causam o alvoroço de todos: como pode alguém causar tanto incômodo? Não estava melhor antes de tudo isso? Quem vai limpar tudo? O abalo e a revolução que o filósofo causa ao destruir as ideias falsas incomodam a todos, pois os tira de uma comodidade que as estruturas anteriores davam e, por isso, o pensador é acusado de molestar a paz da comunidade, tornando-se uma voz a ser calada.

Tendo visto o que acontecera com Sócrates em seu julgamento, Platão (428 – 348 a.C), aluno do pensador ateniense denuncia a democracia e aponta o filósofo como o único indivíduo capaz de governar. Isso pode ser visto de modo muito didático na alegoria da caverna, apresentada no livro VII da obra, A República: a alegoria mostra uma comunidade aprisionada no interior de uma caverna em cuja parede é refletida uma série de imagens, os que estão lá encarcerados acreditam que essas figuras representam a verdade acerca daquilo que está lá fora. Um dia, um dos homens que lá vive consegue desprender-se dos grilhões e sair de lá, inicialmente a luz do sol incomoda, mas com o passar do tempo ele começa a ver tudo com clareza e sente a necessidade de voltar à caverna para libertar os seus irmãos. Ao retornar, ele é bem recebido, mas quando

começa a denunciar às falsidades que são projetadas lá dentro e que formam as crenças de todos, ele começa a ser descreditado, hostilizado e no fim acaba sendo morto por aqueles aos quais queria libertar.

É importante compreender essa ilustração platônica para bem entender o mundo atual e visualizar a função educativa do filósofo em todos os tempos: o filósofo não é um alienígena ou um eleito divino para levar a humanidade para a luz natural da razão, mas é um homem comum, que nasce, cresce e vive entre os outros, mas que consegue se desvencilhar das correntes do senso comum e vislumbrar a luz do conhecimento verdadeiro. O seu senso de dever o faz querer que os seus irmãos vejam a mesma luz e que sejam libertos da opressão da mentira, o grande problema é que para deixar a caverna e adquirir o conhecimento é preciso sair do conforto do lugar comum e não é isso o que o geral dos homens quer, mas ficar onde estão: em suas crenças e com as respostas necessárias dadas, ainda que falsas, mas a ilusão das sombras os assegura daquelas pseudoverdades. O filósofo toma para si a missão de forçar a saída dos seus daquele mundo de trevas, apresentando-os a luz dos fatos pela crítica que destrói as falsidades e ajuda trazer à luz as ideias reais acerca do mundo.

O fato de contemplar a verdade não faz do filósofo o dono da razão e senhor da verdade, muito pelo contrário, ele passa conhecer a própria limitação e por esse motivo coloca em questão todas as suas certezas. Essa consciência é o ponto de partida para que se possa adquirir um conhecimento fundamentado na realidade dos fatos e é aquele que se dedica à filosofia o responsável pela por iniciar os homens no caminho da consciência crítica e do questionamento da realidade presente.

Acontece que a realidade atual do mundo beneficia alguns grupos e os mesmos lutarão para que as pessoas mantenham-se passivas em seu domínio. Nesse caso, o filósofo acaba por provocar a ira de uma estrutura ainda mais complexa, a manutenção de um povo em um estado de anestesia intelectual é tudo o que alguns grupos políticos desejam, por isso cuidam para que os cidadãos não tenham acesso às informações necessárias para o pleno conhecimento da situação presente do mundo. Por isso é necessário, para compreendermos a relação entre filosofia e educação, analisar a realidade da política e o modo como o filósofo é visto e combatido por essas estruturas

e como elas usam das estruturas de poder para manter o corpo social aprisionado a um sistema de ideias rasas e falseadoras da realidade.

Filosofia e a educação para a política

O republicanismo moderno nasce sob o signo da soberania popular e da participação cidadã no destino do corpo político, assim, o homem deixa de ser um súdito, sujeito passivo que apenas recebe as imposições do seu príncipe sem a possibilidade de indagar sobre eficácia da medida tomada para a promoção do bem comum. Para o implemento de uma proposta republicana, o súdito precisou ser convertido em cidadão, mas o que isso significa? O súdito é um sujeito passivo, que não tem acesso às instâncias responsáveis pelo desenvolvimento e pelo implemento de políticas públicas. O cidadão, por outro lado é um sujeito ativo, participante da cena política e que tem o direito de tomar parte nas decisões, para isso, o indivíduo deve passar por um processo educativo que o capacite para assumir o seu posto de cidadão, membro do corpo político.

Esse é o ideal surgido a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e que é assumido por todas as democracias modernas. Essa é a razão pela qual os Estados assumem de modo integral ou parcial o financiamento da educação básica e superior; no Brasil esse é um tema contemplado pela constituição federal de 1988² quando diz que a educação é um dever do Estado, da família sendo promovida e incentivada pela sociedade e que a educação é o meio pelo qual o indivíduo é preparado para o exercício da cidadania e para a qualificação da mão de obra. A ideia do constituinte ao abordar o tema da educação deixa claro o valor do processo educativo para o desenvolvimento social do país como um todo, um indivíduo bem formado será um cidadão que compreenderá a importância das instituições e defenderá o Estado democrático de direito como condição necessária para um exercício cidadão e o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a educação é sustentada em uma ideia de pluralidade, o Estado é o maior financiador, promovendo a inserção das pessoas na escola desde a creche à pós-

² Artigo 205.

graduação, essa é a educação pública que é gratuita para todos, coexistindo com um sistema privado que deve seguir diretrizes gerais estabelecidas pelo poder público.

Mas onde a filosofia entra como elemento fundamental para a formação do cidadão? O pensamento platônico já ressalta a necessidade de uma alta formação intelectual para que o sujeito tome parte nas coisas do Estado. Na obra, *A República*, o aluno de Sócrates, Platão, defende a ideia de que o filósofo seja conduzido ao mais alto posto do Estado, para isso é necessário passar por todo um processo formativo, que dura por quase toda a vida, mostrando que tem o devido talento para cuidar do corpo coletivo. Para Platão, logo na infância, as crianças são assumidas pelo Estado para passar pela instrução necessária para assumir os ofícios na sociedade. No início da adolescência, os jovens são submetidos por um processo avaliativo que determinará quem tem a capacidade de passar para a próxima etapa e aqueles que não obtiverem o desempenho esperado serão chamados de cidadãos de alma de bronze, sendo destinados aos trabalhos de menor valor social para os gregos, estes eram os trabalhos braçais, trabalhos dedicados ao plantio e ao comércio. Aqueles que passavam por esse primeiro crivo davam continuidade a estudos mais aprofundados e já no início da idade adulta passavam por mais uma avaliação, aqueles que não conseguissem passar para a fase posterior eram chamados de almas de prata e deveriam dedicar-se à defesa da cidade como soldados. Finalmente, os que conseguiam apresentar o desempenho esperado alcançavam a última fase no processo educativo eram chamados de alma de ouro e receberiam formação retórica e filosófica para que pudessem assumir o comando do Estado.

Aqui fica claro que em Platão há uma visão de que a filosofia não é para todos, mas apenas para aqueles iluminados por uma inteligência notável têm condições de dedicar-se à contemplação da verdade e estabelecer as leis que orientarão a vida na cidade. Essa visão é desconsiderada por Aristóteles (384 – 322 a.C), seu aluno, que acredita que a gestão do Estado não deve ser um ofício para o filósofo, mas para alguém que tenha a capacidade de fazê-lo com a maior excelência, ou seja, um estadista. Caberá, então, ao filósofo o exercício da contemplação da verdade e instrução dos homens à busca da mesma. É importante salientar que Aristóteles era um homem da corte, seu pai fora médico do rei Felipe II (382 a.C – 336 a.C) e o filósofo atuou como

preceptor do príncipe, filho do rei e sucessor ao trono, Alexandre que mais tarde foi conhecido como O Grande.

Dando da filosofia clássica, chegamos ao Renascimento, momento histórico onde os autores começaram voltar suas atenções para os pensadores clássicos depois de um medievo onde o pensamento político teve a religião como a base e centro de sua concepção. Na renascença, o homem voltou a ser o centro dos estudos e, no que diz respeito à política, sua ação passou a ser considerada como a única capaz de transformar a realidade e estabelecer o desejo humano sobre as forças misteriosas do acaso. Sendo assim, analisar a política como uma realidade puramente humana nos faz pensar no modo como os atores políticos são preparados para cuidar da coisa pública. O processo formativo de um governante foi objeto de estudo da filosofia naquele tempo e o é ainda hoje em um mundo onde todos são participantes da vida política, quando a educação ocupa um espaço estratégico na organização das sociedades. Nesse sentido, o filósofo passa a ocupar um espaço crucial nesse processo, pois é a partir da reflexão filosófica que os problemas do Estado são tratados em toda a sua profundidade e complexidade.

Maquiavel (1469 – 1527) é um expoente do pensamento político renascentista, com sua filosofia voltada para os estadistas, ele mostrou um caminho para a formação de toda uma comunidade para vida política. Na obra, O príncipe, o secretário adota uma forma literária muito comum na época, o espelho de príncipe (*speculum principis*), quando um autor se apresentava como um cortesão que se propõe a aconselhar o governante em sua atividade política. Esse foi o meio que o pensador encontrou para colocar-se como o formador, não apenas do governante, mas de todo aquele que se proponha a tomar lugar no ambiente político. A relação entre governante e governado se apresenta de modo necessário pelo secretário quando afirma no prefácio do texto que, “para bem conhecer a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e, para conhecer bem a dos príncipes, é necessário pertencer ao povo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 46).

O pensador quer mostrar ao seu leitor que ele é um conhecedor da natureza dos governantes, pois é alguém saído do meio do povo, ao mesmo tempo que, assim como o príncipe, é conhecedor da natureza dos povos. A compreensão dessa passagem passa pelo reconhecimento da biografia de Maquiavel, ele escreve sua obra política após um longo período atuando no governo da República de Florença como segundo secretário

da chancelaria, tendo realizado missões diplomáticas junto a grandes governantes de sua época. Toda essa experiência e convívio com os príncipes e grandes comandantes militares contribuíram para o desenvolvimento de uma filosofia política que, mesmo após quinhentos anos, é muito atual e fornece os subsídios necessários para a compreensão das sociedades e do modo como elas se organizam. Mas onde se encontra a contribuição maquiaveliana para a formação do cidadão?

Na obra, *Discursos Sobre a Primeira Década de Títo Lívio*³, Maquiavel mostra que o homem tende a agir de modo mesquinho e egoísta: “devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordenações novos quanto procurar águas em terras desconhecidas” (MAQUIAVEL, 2007, p. 5). O autor percebe que há uma postura nos homens que, se não for contida, pode deteriorar a organização política: “e, como os homens agem por necessidade ou por escolha” (MAQUIAVEL, 2007, p. 10). Essa característica humana constitui um obstáculo para uma organização mais complexa. Entendemos, nesse sentido, o Estado como uma formação artificial no qual o homem é constrangido a viver, ainda que isso contrarie suas inclinações. O secretário, mesmo apresentando uma análise acerca da natureza humana, não pretende expor um pensamento antropológico, mas quer evidenciar que não se deve esperar nada de bom de quem quer que seja, pois cada um sempre busca saciar seus interesses pessoais, sem qualquer senso de gratidão, como se vê:

porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiramente, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança, como se disse a cima; entretanto, quando surgirem dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses (MAQUIAVEL, 2010, p. 102).

Ao pressupor a malignidade humana, o secretário estabelece um ponto de partida para o seu pensamento político, o homem, de modo geral, é mau e buscará satisfazer seus desejos em primeiro lugar, mesmo que precise passar por cima de outrem. A organização política, então, cuidará para que os instrumentos institucionais contenham esse ânimo e introduza na mentalidade das pessoas a necessidade de promover um bem

³ Daqui em diante, citaremos essa obra como *Discorsi*.

que possa ser comum a todos. De acordo com Lídia Maria Rodrigo (2002), o desafio do autor é propor um exercício político que caminhe na direção oposta da degradação política vista na Itália de sua época, um espaço corrompido por atores vaidosos, pouco comprometidos com o desenvolvimento da península e incompetentes em unir toda a nação. Andar contra essa correnteza significa buscar a construção de uma governança baseada em instituições capazes de conter a maldade humana, como a comentadora diz: “a construção do *vivere civile*, defronta-se, segundo o autor, com o obstáculo fundamental: a natureza maligna dos homens. Por isso, a construção de um Estado bem ordenado necessariamente tem como premissa o conhecimento da maldade humana e do que ela representa politicamente” (RODRIGO, 2002, p. 32).

A superação dessa imperfeição de caráter dos homens é superada por algo que está na base da política, a educação, isso apresentado nos *Discorsi* quando Maquiavel mostra que “os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar” (MAQUIAVEL, 2007, p. 22). Quando fala de exemplo, o pensador se refere aos exemplos de *virtù* que possam existir em uma cidade e é esse o elemento educativo fundamental para o exercício político, pois trata-se de uma qualidade moral e intelectual de um sujeito agir do modo adequado e no momento oportuno. Mas essa capacidade é fruto de um processo educativo e aqui o filósofo aparece como um elemento importante para a política e para a construção de um *vivere civile*, como é apontado por Bignotto: “Um homem da Renascença, (...), devia buscar o mais alto nível de perfeição pessoal, sabendo que dessa maneira contribuía para a vida pública” (BIGNOTTO, 1991, p. 33). O filósofo deve ser o entusiasta maior dessa busca de elevação da capacidade humana em promover, a partir das qualidades individuais, o bem-estar coletivo.

Os humanistas⁴ resgataram a ideia ciceroniana de *virtus*⁵ pressupondo, como é apontado por Skinner (1978), que é possível ao homem alcançar o mais alto nível da

⁴ Escola de pensamento renascentista que defendia o protagonismo nas coisas mundanas. Maquiavel é um herdeiro da tradição humanista, apesar de romper com ela em alguns pontos, ele prossegue a máxima de que o homem é o centro das ações políticas, pois é o indivíduo que estabelece as prioridades e as medidas a serem tomadas.

⁵ A *virtus* é algo próprio do sexo masculino, algo ligado à virilidade. Os humanistas dedicaram-se no desenvolvimento do conceito de *Virtus* como uma pro atividade do homem, uma capacidade de compreender as circunstâncias e agir de modo a estabelecer o seu desejo sobre o acaso, representado pela deusa romana Fortuna.

excelência, sendo isso viabilizado por um processo educativo adequado em que a filosofia clássica em conjunto com a retórica componham o cerne de tal processo formativo. Aqui percebemos o valor que o pensador renascentista atribui à formação intelectual para o exercício político, seja governante ou cidadão comum, a importância da educação reside justamente no seu caráter propedêutico, o homem bem formado será devidamente instrumentalizado para o exercício da cidadania, nisso o cidadão se diferencia do súdito, como já foi dito acima: o último é agente passivo, em nada contribui para a vida política do principado, aceitando tudo o que lhe é imposto por seu soberano; enquanto aquele outro toma parte na vida pública e sua voz é ouvida por aqueles que estão à frente do exercício do poder. O cidadão é o homem lapidado para a vida política, o que é apresentado por Skinner ao dizer que “uma educação clássica não constitui apenas a única forma de escolaridade adequada a um cavalheiro, mas também a melhor preparação possível para o seu ingresso na vida pública” (SKINNER, 1978, p. 109).

É importante destacar que essa formação molda o homem para a atividade política, ou seja, não é uma erudição vazia para ser exposta em saraus nos salões nobres, mas para o desenvolvimento da ordem política e para o aprimoramento das instituições estatais. O homem bem formado é o defensor de primeira hora da liberdade, pois não há a possibilidade de uma educação de cunho filosófico construir algo que possa corroer as bases do Estado de tal modo a fazer o edifício social ruir, instaurando o caos e comprometendo a vida de todos.

Aqui fica claro que filosofia é um elemento fundamental para construção de uma sociedade livre, não apenas por ser uma disciplina que conduz à crítica daquilo que está posto ou proposto, mas é justamente por promover a capacidade do homem ver o mundo de modo amplo, tomando os lados diversos de uma ideia e analisando-a em busca de algo que possa trazer um bem maior para a sociedade toda. O indivíduo que passa por uma formação filosófica adequada não se deixa levar por qualquer “conversa”, mas coloca em dúvida todos os pontos de vista até que os fatos seja expostos com clareza e distinção.

Considerações finais

Quando levantamos a questão sobre o lugar do filósofo na cidade, queremos discutir qual é a importância da filosofia para a nossa sociedade, qual a sua relevância para o crescimento do produto interno bruto, aumento da renda, diminuição das desigualdades sociais? Como a filosofia contribui na luta contra a inflação, contra a corrupção?

Esses são questionamentos muito comuns nos tempos atuais, que professor de filosofia nunca ouviu de um aluno a pergunta: “para que isso serve, professor?”. Esse não é um questionamento incomum e nem deve causar espanto, apesar de causar tristeza e um certo nível de revolta quando se ouve. É preciso saber que estamos em um mundo cada vez mais utilitário, onde todas as coisas estão destinadas a um fim pragmático e não há espaço para a contemplação. Tudo deve servir a um objetivo que seja capaz de suprir alguma necessidade fisiológica. A filosofia não oferece a resolução imediata para alguma questão específica a respeito de qualquer coisa, se assim o fosse deixaria de ser filosofia. Ao contrário disso, sua função é instrumentalizar aos que a ela se dedicam para que tenha uma capacidade de reflexão e que possam construir, a partir dos fatos dados, um caminho viável para a superação dos problemas.

O positivismo está impresso com marcas profundas em nossa sociedade, por isso se deseja excluir toda e qualquer filosofia do espaço educativo, justamente por esta não apresentar soluções e sim propiciar o surgimento de ainda mais interrogações. A cidade, como nos tempos de Sócrates, não é um lugar onde o filósofo é bem aceito e sua presença indigesta precisa ser erradicada, assim é visto o exercício filosófico atualmente. Por mais que se diga que é um ofício belo, que ajuda a desenvolver uma boa retórica, a prática filosófica é inútil, não “enche a barriga de ninguém”, ouviremos, e seus adeptos serão estigmatizados como perversores da juventude, como o fora Sócrates. Hoje tal perversão não é expressa nesses termos, mas quando se diz nos veículos de comunicação que a filosofia é usada para doutrinação ideológica dos jovens nas escolas públicas e nas universidades, nada fazem além daquilo que fizeram com Sócrates na democracia ateniense: colocar sobre os ombros da filosofia todo o medo do novo e o ódio do questionamento das pseudoverdades defendidas de modo passional.

Na antiguidade foi um homem representava o exercício filosófico e em nossos dias, todo um segmento acadêmico sofre tal perseguição. Institui-se um binarismo retórico e todos devem se encaixar em um dos lados, aquele que é dedicado à filosofia colocará em questão essa ótica e será hostilizado por todos os lados, que o acusarão de ser sempre do outro lado. Um espantalho é construído sobre a figura do pensador e ele passa a ser rotulado de todos os modos por aqueles os quais se incomodam com sua atividade.

A solução vista para acabar com a tal “doutrinação” é a extinção da filosofia dos currículos escolares, assim, as disciplinas positivas terão maior espaço e os alunos poderão aprender conteúdos de real valor para a sociedade. O grande problema dessa visão consiste justamente no fato desses conteúdos não cumprirem a função própria da filosofia: questionar a realidade presente e vislumbrar a possibilidade de uma sociedade livre. Todo o exercício filosófico é feito com vistas a esse fim, a liberdade como elemento fundamental para o exercício do pensamento e da construção de uma sociedade democrática e com a sua exclusão, o desenvolvimento dessas condições pode ficar comprometido. Isso não significa que uma ditadura será implantada, mas a ausência de quem questione a semântica do discurso de quem queira usurpar o poder facilita o caminho dos tiranos.

Diante do exposto, afirmamos o lugar da filosofia em nossa sociedade e o seu valor para a vida civil. Considerando que o regime democrático é de conquista, a filosofia é o instrumento capaz de fazer os homens reivindicarem àquilo que realmente importa: instituições livres e que proporcionem a liberdade de pensar e tolher, através das leis, os impulsos animais de cada um, além de fomentar a consciência dessa liberdade, o que é fundamental para o convívio social. Uma sociedade capaz de refletir não construirá para si um ídolo ou fará de qualquer homem o seu salvador, este poderá, com o passar do tempo, impor sua vontade e corroer a liberdade e o conjunto das ordens legais. Tais figuras representam um enorme risco para a institucionalidade e a sobrevivência de um regime livre, a partir da filosofia essa sociedade aprimorará cada vez mais suas instituições de modo a afastar esses lobos que ameaçam a vida livre. Essas ameaças serão afastadas pelo fato do conjunto dos cidadãos ter a capacidade de refletir sobre a

realidade, conhecer a sua história e saber para onde se deseja ir. Isso faz da filosofia um elemento indispensável para a formação do indivíduo e para promoção da civilidade.

Referências

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Martins Fontes. Revisão: Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: filosofia antiga pagã, v. 1. Trad. Ivo Stomiolo. São Paulo: Paulus, 2003.

RODRIGO, Lídia Maria. **Maquiavel**: educação e cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Revisão: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.